



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA –
FORO REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
2ª VARA CÍVEL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PROJUDI
Rua João Ângelo Cordeiro, s/n - Ed. do Fórum - São José dos Pinhais/PR –
CEP: 83.005-570 - Fone:(41) 3434-8403

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – FORO REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – ESTADO DO PARANÁ.

EDITAL DE LEILÃO

(Artigo 887 do CPC, e § seguintes da Lei 13.105 de 16 de março de 2015)

O Doutor **IVO FACCEUDA**, Juiz de Direito nesta 2ª Vara Cível de São José dos Pinhais – Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR, Foro Regional de São José dos Pinhais - Paraná, **FAZ SABER** a todos quantos o presente Edital virem ou dele tomarem conhecimento, que ficam designadas Praças e Leilões para:

Dia 05 de março de 2020 às 10:00 horas: em que o bem poderá ser vendido pelo valor da avaliação (R\$470.975,00 - *quatrocentos e setenta mil, novecentos e setenta e cinco reais*) ou pelo maior lance, desde que acima da avaliação. Em não havendo interessados em adquirir o(s) bem(ns) em primeira hasta, Fica desde já autorizado e designado(a) pelo(a) MM. Juiz(a) a realização de **2ª Hasta: Dia 26 de março de 2020, às 10:00 horas:** em que o bem poderá ser vendido pelo melhor lance – desde que não seja considerado preço vil, ou seja, valor abaixo de 60% do valor da avaliação (*desta forma, para venda em 2ª hasta, o lance deve ser maior que R\$282.585,00 – duzentos e oitenta e dois mil quinhentos e oitenta e cinco reais*).

Local: Rua Jacarezinho, n°1257, conj. 104 – 1º Andar, Mercês - Curitiba/Pr.; CEP: 80.810-130, e por propostas abertas, através do acesso do sistema leilão “**ON LINE**”, no endereço eletrônico www.pbcastro.com.br, todos os atos judiciais praticados pelo Sr. Plínio Barroso de Castro Filho, Leiloeiro Público Oficial registrado na Jucepar n.º 668, devidamente autorizado e designado pelo MM. Juiz relativo(s) ao(s) bem(ns) penhorado(s) nos autos a seguir relacionado(s).

AUTOS: 0005000-84.2002.8.16.0035

PROMOVENTE: LIDIA JASINSKI (CPF/CNPJ: 357.686.149-15)

PROMOVIDO: DIRCEIA APARECIDA DA SILVA VAZ (RG: 32284604 SSP/PR e CPF/CNPJ: Não Cadastrado)

VALOR DA DÍVIDA: CONSTANTES NOS AUTOS

DEPOSITÁRIO: EXECUTADO

BENS: - O lote de terreno sob n.º 41, da subdivisão do lote n.º 41 da planta Ângelo Andretta, situado no lugar denominado Vila Inácio Franca, quadro urbano desta cidade, fazendo frente para a Rua Derly M. P. S. Cardoso esquina com a rua Coronel Quadros, com a área de 397,51 m², com os demais característicos constantes da matrícula n.º 9.498, por R\$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil reais). Sobre o lote supra consta a seguinte edificação: Uma construção em alvenaria, destinada a residência, abrigo e comércio, de padrão simples, coberta com telhas de fibrocimento de 6mm., forro em madeira e pvc, piso em cerâmica, com esquadrias em ferro, com aproximadamente 142,68 m², de bom para regular estado de conservação, por R\$ 78.475,00 (setenta e oito mil, quatrocentos e setenta e cinco reais). Uma construção em madeira, destinada a residência, de padrão simples, coberta com telhas de fibrocimento de 4 mm., forro em madeira e pvc., piso em cerâmica e madeira, com esquadrias em ferro, com aproximadamente 25,00 m², de bom para regular estado de conservação, por R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). Perfaz, a presente **AVALIAÇÃO O TOTAL** de R\$ 470.975,00 (quatrocentos e setenta mil, novecentos e setenta e cinco reais). *Débitos de IPTU em aberto no valor de R\$859,73 até 20/01/2020 segundo extrato de débito sintético da Prefeitura de São José dos Pinhais.*

OBSERVAÇÃO: Na primeira hasta não poderá haver lance em valor inferior ao da avaliação segundo redação do artigo 885 do Código de Processo Civil. Na segunda hasta o bem poderá ser vendido pela melhor oferta, desde que o preço do lance não seja considerado vil, entendendo-se como tal a quantia mínima não inferior a 60% do valor da avaliação. O CPC no seu artigo 892 revela que, salvo pronunciamento judicial em sentido diverso, o pagamento deverá ser realizado de imediato pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico. Entretanto, nos termos do art. 895, §1º, do CPC, fica consignada a possibilidade de arrematação em prestações, corrigidas pelos índices legais, desde que apresentada a proposta por escrito, não inferior ao determinado pelo Sr. Juiz da Execução, ainda, com oferta de pelo menos 30% à vista, autorizado o parcelamento do restante em até 06 vezes, o qual será decidido pelo Juiz por ocasião da Praça, para bens imóveis, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação. A apresentação da proposta prevista neste artigo não suspende o leilão. A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado. Havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado e em diferentes condições, o juiz decidirá pela mais vantajosa, assim compreendida, sempre, a de maior valor, e



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA –
FORO REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
2ª VARA CÍVEL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PROJUDI
Rua João Ângelo Cordeiro, s/n - Ed. do Fórum - São José dos Pinhais/PR –
CEP: 83.005-570 - Fone:(41) 3434-8403

em iguais condições, o juiz decidirá pela formulada em primeiro lugar. No caso de arrematação a prazo, os pagamentos feitos pelo arrematante pertencerão ao exequente até o limite de seu crédito, e os subseqüentes, ao executado. Se o arrematante ou seu fiador não pagar o preço no prazo estabelecido, o juiz impor-lhe-á, em favor do exequente, a perda da caução, voltando os bens a novo leilão, do qual não serão admitidos a participar o arrematante e o fiador remissos. Segundo o artigo 18 da Resolução n° 236 do CNJ – Conselho Nacional de Justiça, os bens serão vendidos “*ad-corporis*”, ou seja, no estado de conservação em que se encontram, em uso, conservação e estado documental, sendo em lotes unitários e/ou lotes englobados, sem garantia, constituindo ônus de o interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para alienação judicial, não podendo alegar vício oculto. Também com fundamento no artigo 29 da Resolução n° 236 do CNJ – Conselho Nacional de Justiça, às despesas e os custos relativos à desmontagem, remoção, transporte patrimonial e transferência dos bens correrão por conta dos arrematantes. Fica também ao encargo do arrematante, o pagamento das custas judiciais para a expedição da pertinente carta de arrematação e demais despesas judiciais e eventuais tributos existentes, conforme tabela de custas pela Corregedoria de Justiça do Estado do Paraná, quando houverem. Todos os arrematantes submetem-se aos prazos e decisões judiciais, e poderão ser chamados à lide na qualidade de terceiros interessados. Os licitantes que desejarem participar da Hasta Pública com a utilização do sistema Leilão “*on-line*”, deverão obrigatoriamente aderir aos termos contidos no sistema, através da página na rede mundial de computadores (www.pbcastro.com.br), cujas regras integram este Edital de Leilão. O uso da ferramenta, através de “*login*” e “*senha*” pessoal e intransferível vincula o licitante aos termos do Edital de Leilão, ao Contrato de Adesão, às Condições de Venda, além de todas as disposições legais aplicáveis à espécie, inclusive sanções na esfera civil e criminal por danos à execução e à dignidade da Justiça. Eventuais divergências e litígios advindos do uso do sistema disponibilizado pelo Leiloeiro Público serão dirimidas pelo Juízo da Execução, segundo as circunstâncias de cada caso. Responderão os arrematantes por eventuais débitos existentes em relação aos bens levados a hasta pública, Condomínio, ITR, cujos valores deverão ser obtidos pelos interessados junto aos Órgãos competentes. Ficam cientes os interessados de que deverão verificar por conta própria a existência de todos os eventuais ônus reais existentes (Hipoteca, Penhora, Locações, Alienação, etc.) junto aos Órgãos competentes. Eventuais ônus e despesas que não puderam ser constatados antes da publicação deste edital serão informados quando da realização das hastas públicas. Através deste edital ficam intimados as partes, os arrematantes e terceiros interessados. Cientes também, que no ato os arrematantes arcarão com a comissão do Leiloeiro, no importe de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação. A comissão de leilão sempre será devida ao Leiloeiro Oficial, por ATO PRATICADO (Decreto Federal n.º21.981/1932), assumindo, conforme o caso, o arrematante, o adjudicante ou o remitante, o ônus desta despesa. Ciente também, os executados que a comissão do leiloeiro será de 3% (três por cento) na hipótese de adjudicação, remição ou acordo entre as partes. A simples oposição de embargos à arrematação por parte do Executado (devedor) não é causa para desfazimento da arrematação. Presumem-se válidas as comunicações e intimações dirigidas ao endereço residencial, profissional e/ou eletrônico declinado na inicial. Caso os Exequentes, Executados, Credores hipotecários, cônjuges e terceiros interessados não sejam encontrados, notificados ou certificados por qualquer razão da data de Praça e Leilão, quando da expedição das notificações respectivas, valerá o presente Edital de **INTIMAÇÃO DE PRAÇA E LEILÃO: “AD CAUTELAM”** Fica desde logo intimada o(s) Promovido(s) **DIRCEIA APARECIDA DA SILVA VAZ (RG: 32284604 SSP/PR e CPF/CNPJ: Não Cadastrado)**, e o(s) Terceiro(s) **GOVERNO DO PARANA - SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA (CPF/CNPJ:: 76.416.890/0001-89); INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ – IAP (CPF/CNPJ:: 68.596.162/0001-78); INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS (CPF/CNPJ:: 29.979.036/0001-40); Município de São José dos Pinhais/PR (CPF/CNPJ:: 76.105.543/0001-35); PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN) (CPF/CNPJ:: 00.394.460/0001-41)**, das datas da realização do leilão, do dia, hora e local da alienação judicial determinada, se porventura não for encontrado (s) para intimação pessoal, e querendo, acompanhar. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário. O prazo para a apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recursos, começará a contar após a hasta pública, independente de intimação. **DADO E PASSADO** nesta Cidade e Comarca de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, Eu, Plínio Barroso de Castro Filho - Leiloeiro Público Judicial, por ordem do MM. Sr. Dr. Juiz de Direito, que o fiz digitar e subscrevi.

Plínio Barroso de Castro Filho
Leiloeiro Público Judicial

IVO FACENDA
Juiz de Direito

ELIANE SILVEIRA DA ROSA
Autorizado pela portaria n.º 03/2019.